



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Registro: 2013.0000018065

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação nº 0001338-82.2009.8.26.0296, da Comarca de Jaguariúna, em que é apelante ROGER FELIX DE ARAUJO VENTURINI (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA), é apelado OSORIO FRANCISCO ROSA (JUSTIÇA GRATUITA).

ACORDAM, em 33ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmo. Desembargadores EROS PICELI (Presidente) e MARIO A. SILVEIRA.

São Paulo, 21 de janeiro de 2013.

CARLOS NUNES
RELATOR
Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO

SÃO PAULO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

33ª CÂMARA

APELAÇÃO COM REVISÃO Nº: 0001338-82.2009.8.26.0296

APELANTE: ROGER FELIX DE ARAUJO VENTURINI

APELADO: OSORIO FRANCISCO ROSA

ORIGEM: 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JAGUARIÚNA

VOTO Nº: 15.656

ACIDENTE DE VEÍCULO – ATROPELAMENTO - RESPONSABILIDADE CIVIL – REPARAÇÃO DE DANOS - Ação proposta objetivando o ressarcimento de danos decorrentes de atropelamento – Ação julgada parcialmente procedente - Provas produzidas que estão a demonstrar que ambas as partes teriam concorrido para com o evento - Culpa concorrente bem demonstrada, uma vez que o autor estaria andando pela rua, junto ao meio fio, aparentemente embriagado, quando deveria estar por sobre a calçada – Réu, por seu turno, que teria colhido o autor junto ao meio fio da via pública, porquanto se encontrava em alta velocidade, não se apercebendo de sua presença - Lesões corporais ocorridas, com sequelas– Dano moral reconhecido e fixado, levando-se em conta a culpa concorrente – Valor razoável, não sendo o caso de qualquer outra redução – Recurso improvido.



PODER JUDICIÁRIO

SÃO PAULO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

Vistos.

Trata-se de recurso de apelação interposto pelo réu ROGER FELIX DE ARAUJO VENTURINI, junto aos autos da ação de indenização por danos materiais e morais, causados por acidente de veículo, atropelamento, proposta contra ele pelo apelado OSORIO FRANCISCO ROSA, ação essa julgada parcialmente procedente, conforme r. sentença de fls. 164/170, cujo relatório fica adotado.

Alega a apelante, em seu reclamo, que a r. sentença não tem como subsistir, uma vez que o atropelamento teria sido causado pelo apelado, porquanto teria saído de um bar, onde ingerira bebida alcoólica e se embriagara, e estaria andando no meio da rua, sem observar o fluxo de trânsito, ao invés de andar por sobre a calçada, tendo sido ele a causa determinante do atropelamento. E a prova produzida apontaria para esse fato, nada justificando a condenação imposta. Traz precedentes jurisprudenciais, além a posição a doutrina. Sustenta que sequer



PODER JUDICIÁRIO

SÃO PAULO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

seria o caso de se reconhecer a culpa concorrente, pois o evento somente ocorreu em razão da conduta do autor. Além do mais, impugna o valor dos danos morais, aduzindo que não tem condições de cumprir com a obrigação, porquanto esteve preso na penitenciária de Araraquara e, em liberdade condicional, não consegue se integrar no mercado de trabalho. Por fim, pede que o valor dos danos morais seja reduzido pela metade do que foi arbitrado, caso mantida a condenação, ante a culpa concorrente. Pugna pelo provimento de seu reclamo (fls. 176/185).

Recurso regularmente processado, sem preparo (assistência judiciária), e com resposta a fls. 189/193, pugnando pela manutenção do julgado.

É O RELATÓRIO.

Trata-se de recurso de apelação interposto pelo autor, junto aos autos de ação de reparação de danos decorrente de ato ilícito (acidente de veículo-atropelamento), e julgada parcialmente procedente, condenando-se o apelante ao pagamento da quantia de R\$ 5.100,00, a título de danos morais, com correção e juros desde a data da sentença. Repartiu-se a sucumbência, pois os danos materiais (pensão), foram afastados.

Pois bem.

Apelação nº 0001338-82.2009.8.26.0296



PODER JUDICIÁRIO

SÃO PAULO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

Quanto ao atropelamento, dúvidas não há, pois ambas as partes o confirmam.

A controvérsia gira em torno da culpa pelo evento e, caso mantida a condenação, do valor dos danos morais.

O atropelamento ocorreu por culpa concorrente, vez que ambas as partes teriam atuado para esse fim.

O autor caminhava pela Rua Minas Gerais, vindo da Rua Piauí, junto ao meio fio, empurrando a sua bicicleta, provavelmente embriagado, ocasião em que acabou sendo colhido pelo réu, em sua motocicleta, vez que além de desenvolver velocidade excessivamente alta para o local, não se apercebeu da presença do autor.

Na verdade, o atropelamento se deu na esquina de tais via, já que o autor vinha da Rua Piauí e ingressara na Rua Minas Gerais, por onde transitava o réu, momento em que se deu o atropelamento.

Pelo que consta dos autos, observo que, tivesse o réu mais cautela no trânsito, fatalmente o acidente não teria ocorrido, vez que provavelmente deve ter feito a curva de forma mais fechada, mais próximo ao meio fio, por onde caminhava o autor, empurrando a sua bicicleta, quando deveria estar por sobre a calçada, já que há informes de que estaria embriagado.

Portanto, ambos concorreram para com o



PODER JUDICIÁRIO

SÃO PAULO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

evento.

E, por mais que o apelante procurasse demonstrar que a culpa do atropelamento deveria ser carregada somente ao autor, ante a prova oral produzida, a verdade é que o evento foi presenciado pela testemunha Rosa Ferraz Munhoz, que relatou os fatos ocorridos de forma clara e precisa.

As demais testemunhas não presenciaram o exato momento do atropelamento, a não ser momentos antes e depois dos fatos.

Assim, e pelo que consta dos autos, forçoso é concluir que ambas as partes concorreram para com o evento, não havendo que se falar em culpa exclusiva do autor, pelo simples fatos de estar embriagado. Não foi essa a causa determinante do acidente. Ambos concorreram, como acima já mencionado (autor por estar andando na via pública, junto ao meio fio, quando deveria estar na calçada, e o réu porque desenvolvia velocidade excessiva para o local, e, muito provavelmente, não observou a presença do autor, tudo levando a crer que deveria realizar manobra de ingresso noutra rua, realizando a curva de forma fechada).

A prova nesse sentido é firme e segura.

E, em casos análogos, a jurisprudência desta Corte já deixou assente o seguinte:



PODER JUDICIÁRIO

SÃO PAULO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

Nesse sentido, aliás, a conferir:

“RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE VEÍCULO. ATROPELAMENTO. MORTE DA VÍTIMA. CULPA CONCORRENTE CONFIGURADA. RESPONSABILIDADE DOS RÉUS E DA VÍTIMA RECONHECIDA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. Havendo culpa do condutor, preposto da ré, porque, ao realizar manobra de conversão à esquerda se aproximou da calçada e atingiu a vítima, inegável se apresenta a responsabilidade de ambos pela reparação dos danos. No entanto, a constatação de que a vítima caminhava na pista próxima ao meio fio e contribuiu decisivamente para o evento danoso, caracterizada está a culpa concorrente. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE VEÍCULO. ATROPELAMENTO. MORTE DA VÍTIMA, FILHA DA AUTORA. DANO MORAL. CONFIGURAÇÃO INEQUÍVOCA. INDENIZAÇÃO DEVIDA. REDUÇÃO DO VALOR À METADE QUE SE DETERMINA, EM RAZÃO DO RECONHECIMENTO DA CULPA CONCORRENTE. PREVALECIMENTO DO



PODER JUDICIÁRIO

SÃO PAULO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

MESMO PARÂMETRO DE ANÁLISE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. A perda da filha em condições trágicas caracteriza a ocorrência de dano moral, tornando dispensável a demonstração de sua ocorrência. Porém, uma vez reconhecida a culpa concorrente da vítima, impõe-se reduzir à metade o valor indenizatório, prevalecendo a mesma base de cálculo" (APELAÇÃO COM REVISÃO Nº 0022587-30.2009.8.26.0348– Relator Des. Antonio Rigolin);

"RESPONSABILIDADE CIVIL – ACIDENTE DE TRÂNSITO– ATROPELAMENTO DE PEDESTRE QUE, IMPEDIDO DE TRAFEGAR PELO PASSEIO, OPTA POR SEGUIR CAMINHO PELO BORDO DO LEITO CARROÇÁVEL – MOTORISTA QUE, ATENTO AO TRÂNSITO PREFERENCIAL, NÃO NOTA A EXISTÊNCIA DO PEDESTRE, VINDO A ATROPELÁ-LO – CULPA CONCORRENTE CARACTERIZADA – IDENTIDADE DE GRAUS DE CULPA – ABATIMENTO DA INDENIZAÇÃO PELA METADE – RECURSO DO ACIONADO PARCIALMENTE PROVIDO, IMPROVIDO O DA AUTORA. Deve ser ressaltada a legalidade da manobra de trânsito realizada pelo acionado (art. 29, V, CTB), desde que observada a preferência dos veículos e pedestres (art. 36, CTB), para o que o condutor deve demonstrar prudência especial a fim de que possa deter seu veículo com segurança para a passagem de pedestres e veículos (art. 44, CTB), até porque é obrigado a ter domínio de seu veículo a todo momento, dirigindo com cuidado e atenção indispensáveis à segurança do



PODER JUDICIÁRIO

SÃO PAULO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

trânsito (art. 28, CTB). Contudo, o direito de preferência do pedestre limita-se à área de passeio (art. 68, CTB), apenas se permitindo o trânsito no bordo da via pública urbana quando ausente área destinada a passeio (art. 68, §2º, CTB)" (Apelação Cível nº 1119035-0/4 – Relator ARTUR MARQUES).

Resolvida essa questão, resta verificar os danos.

A questão da pensão não merece maiores análises, pois tal pleito foi afastado na sentença, e não há recurso para a sua concessão.

Quanto aos danos morais, evidente a sua incidência, ante as lesões sofridas pelo autor. Sofreu ele fratura exposta na perna direita, e acabou aposentado por invalidez.

Segundo Yussef Cahali, o dano moral *"representa um bem imaterial que integra o patrimônio econômico e moral das pessoas, sejam elas comerciantes ou não, profissionais ou não, de modo que a sua proteção não pode ficar restrita àqueles que dele fazem uso em suas atividades especulativas; o abalo da credibilidade molesta igualmente o particular, no que vê empenhada a sua honorabilidade, a sua imagem, reduzindo o seu conceito perante os concidadãos; o crédito (em sentido amplo) representa um cartão que estampa a nossa personalidade, e em razão de cujo conteúdo seremos bem o mal recebidos pelas pessoas que conosco se relacionam na diuturnidade da vida privada."*

Oportuno, ainda, colacionar a definição de

Apelação nº 0001338-82.2009.8.26.0296



PODER JUDICIÁRIO

SÃO PAULO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

dano moral que nos é apresentada por Savatier como sendo *"qualquer sofrimento humano que não é causado por uma perda pecuniária e abrange todo atentado à reputação da vítima, à sua autoridade legítima, ao seu pudor, à sua segurança e tranqüilidade, ao seu amor próprio estético, à integridade de sua inteligência, a suas feições, etc."* (*Traité de la responsabilité civile*, vol. II, n. 525) e, segundo Dalmartello, em sua obra "Danni morali contrattuali", *"tem como elementos caracterizadores a privação ou diminuição daqueles bens que têm um valor precípua na vida do homem e que são a paz, a tranqüilidade de espírito, a liberdade individual, a integridade física, a honra e os demais sagrados afetos, classificando-os em dano que afeta a parte social do patrimônio moral (honra, reputação, etc.); dano que molesta a parte afetiva do patrimônio moral (dor, tristeza, saudade, etc.); dano moral que provoca direta ou indiretamente dano patrimonial (cicatriz deformante, etc.) e dano moral puro (dor, tristeza, etc.)"* (in *Revista di diritto Civile*, 1933, p. 55, apud *Responsabilidade Civil*, Rui Stocco, RT, 4ª edição, p. 674).

Trata-se, então, de dano moral puro, caracterizado nos efeitos dolorosos ocasionados pelo ato ilícito, ante as lesões sofridas pelo autor, que levaram à sua aposentadoria.

Assim, e levando-se em conta a culpa concorrente, o valor fixado pelo Juiz apresenta-se correta e



PODER JUDICIÁRIO

SÃO PAULO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

razoável, a meu sentir, não havendo justificativa para a sua redução pela metade, pois esse fato já foi considerado pelo Juízo, quando da fixação.

O caso era de majoração, mas, com a culpa concorrente, o Juízo fixou, corretamente, o valor em R\$ 5.100,00, ou seja, o equivalente a 10 salários mínimos.

Assim, e levando-se em consideração que o réu tem tido dificuldades na entrada no mercado de trabalho, a correção e os juros permanecem como estão, pois caso aplicadas as súmulas relativas à matéria, o valor se elevaria consideravelmente.

Por tais motivos, o recurso não vinga.

Ante o exposto, e pelo meu voto, NEGO PROVIMENTO ao recurso interposto.

CARLOS NUNES
RELATOR